

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108.9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 08 de Agosto de 2017

1. **Data, hora e local:** 08 de agosto de 2017, às 08h, na sede social, na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. Presente o Sr. Lene Araújo de Lima, Diretor Geral; e o Sr. Jaime Soares Batista, Diretor de Produtos e Serviços. Ausente o Sr. Alaine Salem da Silveira Bueno Veloso - Presidente; Sr. Tiago Villarrino da Costa - Secretário. **4. Ordem do dia:** a) Modificação da composição da Diretoria para a criação de 01 (um) cargo de Diretor de Recursos Humanos, aumentando o número máximo de diretores de 18 (dezoito) para 19 (dezenove) membros, com a consequente alteração do artigo 7º do Estatuto Social; b) Eleição da Sra. Fernanda Haydee Pasquarelli, Sr. Jaime Soares Batista e Sra. Simone Navarro Borges, como membros da Diretoria da Sociedade; c) Ratificação da atual Diretoria da Sociedade; d) Ratificação da indicação dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; e) Consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações deliberadas nesta Assembleia, bem como as alterações estatutárias aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2017. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos: 5.1. Aprovou a modificação da composição da Diretoria para a criação de 01 (um) cargo de Diretor de Recursos Humanos, aumentando o número máximo de diretores de 18 (dezoito) para 19 (dezenove) membros, com a consequente alteração do artigo 7º do Estatuto Social, conforme o seguinte: **Artigo 7º** - A Diretoria é composta por no máximo 02 (dois) e no mínimo 13 (treze) (dezenove) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice Presidente Executivo, 01 (um) Diretor Geral - Produto Automotível, 01 (um) Diretor Geral - Negócios Financeiros e Investimentos, 01 (um) Diretor Geral - Financeiro e Controladoria, 01 (um) Diretor Geral - Suporte e Governança, 01 (um) Diretor Geral - Corretores de Seguros e Vendas On-Line, 01 (um) Diretor de Produto - Automotível, 01 (um) Diretor de Produto - Seguros de Pessoas, 01 (um) Diretor de Sinistro Automotível, 01 (um) Diretor de Produção, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor Operacional, 01 (um) Diretor Financeiro, de Patrimônio e Suprimentos, 01 (um) Diretor de Atendimento, 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, 01 (um) Diretor de Recursos Humanos e 02 (dois) Diretores sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. 5.2. Aprovou a eleição da Sra. **Fernanda Haydee Pasquarelli**, brasileira, casada, analista de sistemas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 19.318.348 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 162.734.298-20 para ocupar o cargo de Diretora - Produto - Seguros de Pessoas; do Sr. **Jaime Soares Batista**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 182.469.498-96, para ocupar o cargo de Diretor de Produto - Automotível; e da Sra. **Simone Navarro Borges**, brasileira, divorciada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 20.415.352-9 SSP/SP inscrita no CPF/MF sob o nº 141.864.678-46, para ocupar o cargo de Diretora de Recursos Humanos, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012 e com mandato a vigorar até a Assembleia Geral Ordinária que apreciar as contas do exercício de 2018; 5.2.1. Consignou que os Diretores ora eleitos receberam as suas remunerações conforme estabelecido na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2017 e que tomarão posse em ato separado. 5.3. Ratificou a composição da atual diretoria da Sociedade, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar contas do exercício social de 2018, a saber: **Diretor Presidente:** Fabio Lucchetti, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.668.675-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.666.748-82; **Diretor Vice Presidente Executivo:** Roberto Roberto de Souza, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 641.284.587-91; **Diretor Geral - Produto Automotível:** Luiz Alberto Pomarale, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.089.279-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.405.558-19; **Diretor Geral - Negócios Financeiros e Investimentos:** Marcelo Barroso Picanço, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, portador da Cédula de Identidade RG nº 008.600.541-0 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.881.937-96; **Diretor Geral - Financeiro e Controladoria:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Geral - Suporte e Governança:** Lene Araújo de Lima, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 118.454.608-80; **Diretor Geral - Corretores de Seguros e Vendas On-Line:** José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.332.458-07; **Diretor de Produto - Automotível:** Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 182.469.498-96; **Diretora de Produto - Seguros de Pessoas:** Fernanda Haydee Pasquarelli, brasileira, casada, analista de sistemas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 19.318.348 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 162.734.298-20; **Diretor de Sinistro Automotível:** Lauriberto Tadeu Tavares, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.517.296-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.085.678-61, cumulado com o cargo de **Diretor Operacional;** **Diretor de Produção:** José Roberto Ferreira da Silva Montoro, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.346.326-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 544.748.848-68; **Diretor Técnico:** Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 128.680.328-42; **Diretor de Patrimônio e Suprimentos:** Claudia de Oliveira Machado Matteti, brasileira, divorciada, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 16.802.040-7 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 075.413.558-60; **Diretora de Atendimento:** Sônia Aparecida Belezzi Riza, brasileira, casada, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.155.061-1 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.641.528-77; **Diretor de Tecnologia da Informação:** Italo Gennaro Flammia, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.624.094-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.479.948-07; **Diretora de Recursos Humanos:** Simone Navarro Borges, brasileira, divorciada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 20.415.352-9 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 141.864.678-46; e, **Diretores sem denominação especial:** Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da cédula de identidade RG nº 5.436.328-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 857.239.919-49 e Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.681.578-05, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP. 5.4. Ratificou, ainda, as funções específicas atribuídas a determinados diretores estatutários, nos termos de regulamento vigente, conforme segue: I. Funções de caráter executivo ou operacional: a. Diretor responsável pelas relações com a Susep - Luiz Alberto Pomarale; b. Diretor responsável técnico (Circular Susep 234 e Resolução CNSP 321) - Fabio Ohara Morita; c. Diretor responsável administrativo-financeiro - Celso Damadi; d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - Celso Damadi; e. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/2005 - Lauriberto Tadeu Tavares; f. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por ele prestados - José Rivaldo Leite da Silva; g. Funções de caráter de fiscalização e controle: a. Responsável pelo cumprimento da Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP nº 234/2003 e 445/2012) - Lene Araújo de Lima; b. Responsável pelos Controles Internos - Lene Araújo de Lima; Responsável pelos Controles Internos específicos para prevenção contra fraudes - Lene Araújo de Lima. 5.5. Aprovou a consolidação do Estatuto Social da Sociedade para refletir as alterações acima deliberadas, bem como as alterações estatutárias aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2017, conforme abaixo reproduzido: **Estatuto Social do Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais: Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Direção: Artigo 1º - A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, constituída sob a forma de sociedade por ações, reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação vigente. **Artigo 2º - A** Sociedade tem sua sede na Avenida Rio Branco, nº 1489 e Rua Guaianases, nº 1238, Campos Elíseos, na Capital do Estado de São Paulo, podendo criar sucursais, filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País. **Artigo 3º - A** Sociedade tem por objeto a exploração de operações de Seguros de Danos e de Pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas, conforme definido na Legislação vigente. **Artigo 4º - O** prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social: Artigo 5º - O** Capital Social é de R\$ 2.105.485.000,00 (dois bilhões, cento e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil reais), dividido em 511.503.404 (quinhentos e onze milhões, quinhentas e três mil, quatrocentas e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º -** As ações poderão pertencer a pessoas físicas e jurídicas. **Parágrafo 2º -** No caso da aumento de Capital, os acionistas terão a subordinação para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Capítulo III - Presidência de Honra e Diretoria: Artigo 6º - A** Diretoria será de ter um cargo de Presidente de Honra, com caráter vitalício, ocupado pela Sra. Rosa Garfinkel, que desempenhará atividades institucionais e promoção da Sociedade junto aos que nela trabalham e à comunidade, visando o aprimoramento da imagem da Sociedade e o cumprimento de sua função social. **Parágrafo 1º - O** cargo de Presidente de Honra possui caráter exclusivamente honorífico e não terá qualquer função administrativa, de representação da Sociedade, técnica ou consultiva. **Parágrafo 2º - A** Presidente de Honra não será substituída em suas ausências ou impedimentos temporários, podendo indicar representantes para os atos previstos no caput deste artigo. Em caso de vacância, o cargo será extinto. **Parágrafo 3º - A** remuneração da Presidente de Honra será determinada pela Assembleia Geral Ordinária, dentro do limite global de remuneração da administração. **Artigo 7º - A** Diretoria é composta por no máximo 02 (dois) e no máximo 19 (dezenove) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente Executivo, 01 (um) Diretor Geral - Produto Automotível, 01 (um) Diretor Geral - Negócios Financeiros e Investimentos, 01 (um) Diretor Geral - Financeiro e Controladoria, 01 (um) Diretor Geral - Suporte e Governança, 01 (um) Diretor Geral - Corretores de Seguros e Vendas On-Line, 01 (um) Diretor de Produto - Automotível, 01 (um) Diretor de Produto - Seguros de Pessoas, 01 (um) Diretor de Sinistro Automotível, 01 (um) Diretor de Produção, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor Operacional, 01 (um) Diretor Financeiro, de Patrimônio e Suprimentos, 01 (um) Diretor de Atendimento, 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, 01 (um) Diretor de Recursos Humanos, e 02 (dois) Diretores sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Artigo 8º - A** investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 9º - A** Assembleia Geral Ordinária fixará, além disso, a remuneração global mensal dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da Diretoria. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação nos lucros da Sociedade, até o 1 (um) décimo dos lucros líquidos observados no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 10 - Compete à** Diretoria, para todos os atos de administração da Sociedade: a) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a sociedade, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedade de economia mista e entidades paraestatais; f) resolver sobre a criação, alteração ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da sociedade. **Parágrafo 1º -** Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Sociedade, serão obrigatoriamente assinados: a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador; c) por 2 (dois) Diretores em conjunto com 1 (um) Procurador. **Parágrafo 2º -** A representação da Sociedade perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá à qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 3º - A** Sociedade poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atos de rotina realizados fora da sede social; b) Atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) Atos de representação em assembleias,

contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; d) Atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados; e) e) Atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Sociedade, exceto aquelas decorrentes de obrigações decorrentes para com ela. **Parágrafo 4º -** As procurações em nome da Sociedade serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou com cláusula ad judicia que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 5º -** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Sociedade deverá ser representada por 2 (dois) diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente Executivo ou o Diretor Geral - Produto Automotível ou o Diretor Geral - Suporte e Governança ou Diretor Geral - Financeiro e Controladoria. **Parágrafo 6º -** As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 11 -** No caso de vaga de Diretor, os demais Diretores indicarão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções e substituirá até a próxima Assembleia Geral, a qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo Diretor. **Parágrafo Único -** Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais Diretores poderão escolher, dentre eles, um substituto para exercer as funções do Diretor ausente ou impedido. **Artigo 12 - A** Sociedade poderá ter um órgão de consulta, denominado Conselho Consultivo, cujos Membros serão escolhidos e indicados pela Diretoria entre as pessoas de notável saber científico e técnico no Mercado de Seguros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a renovação da indicação. **Parágrafo 1º - O** Conselho Consultivo se reunirá sempre que solicitado pela Diretoria e seus respectivos pareceres serão transcritos no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, por ocasião da reunião que deliberar sobre os mesmos. **Parágrafo 2º - O** Conselho Consultivo perceberá a remuneração que lhe fixar a Diretoria, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral, para cada período de 2 (dois) anos. **Capítulo IV - Conselho Fiscal - Artigo 13 - O** Conselho Fiscal será composto de 3 (três) Membros Efetivos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre Acionistas ou não, residentes no País, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único - O** Conselho Fiscal não será permanente. Serão instalados pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira Assembleia Geral Ordinária, após sua instalação. **Artigo 14 - Os** Membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Comitê de Auditoria - I - Dos Objetivos do Comitê de Auditoria - Artigo 15 - A** Sociedade se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à Administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos negócios aos acionistas e investidores. **II - Da Subordinação e da Composição - Artigo 16 - O** Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração e atua sob a liderança do Conglomerado Porto Seguro ("Conselho de Administração"), que definirá a remuneração e a composição do Comitê de Auditoria. **Artigo 17 - A** composição do Comitê de Auditoria será de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos com prazo de mandato a ser definido pelo Conselho de Administração, permitida reeleição, desde que a permanência do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos. **Parágrafo 1º -** A nomeação de um integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III. **Parágrafo 2º -** O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. **Parágrafo 3º -** A destituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração caso fique comprovada infração a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como se sua independência tiver sido afetada por eventual circunstância de conflito. **Parágrafo 4º -** É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. **III - Dos Requisitos e Vedações - Artigo 18 -** São requisitos mínimos para o exercício de integrante do Comitê de Auditoria: I. Observar as normas que estabeleçam condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supervisionadas; II. Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior, a. Funcionário ou diretor ou sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas; b. Membro responsável pela auditoria independente na sociedade supervisionada; e, c. Membro do conselho fiscal da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas. iii. Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" a "c" no inciso anterior; e, IV. Não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria. **IV - Das Atribuições - Artigo 19 -** Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: I. Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou pelo Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e coligados; II. Dispor das atribuições de seus membros, além de seus respectivos adjuntos internos, assegurando os mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; vii. Recomendar, à Presidência ou ao Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; viii. Reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; ix. Verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada; x. Reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos membros do Comitê de Auditoria, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; xi. elaborar relatórios relativos aos semestres findos em 30/06 e 31/12 contendo: atividades exercidas; avaliação da efetividade dos controles internos; descrição das recomendações feitas e daquelas não acatadas, contendo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias externa e interna; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis; xii. preparar resumo do relatório do item "xi" para publicação juntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12; xiii. preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada; xiv. arquivar os relatórios do item "xi" pelo período mínimo de 05 (cinco) anos; xv. comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e à auditoria interna, imediatamente; xvi. estabelecer, ar referendado do Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e avaliação do Auditor Independente, inclusive verificando a comprovação, na sua certificação, bem como a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro; xvii. aprovar o plano de trabalho semestral da auditoria interna do Conglomerado Porto Seguro; xviii. fixar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe; xix. conhecer o plano anual do Auditor Independente sobre exame das demonstrações financeiras, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna; xx. examinar propostas de alterações de princípios contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VI - Assembleia Geral - Artigo 20 - A** Assembleia Geral reunir-se-á anualmente até o dia 31 (trinta e um) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. **Parágrafo Único - O** presidente da Assembleia convocará um dos presentes para secretariar a Mesa. **Artigo 21 - As** Assembleias Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. **Artigo 22 - Os** anúncios de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação na Sede da Sociedade, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. **Parágrafo Único -** As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 23 - Uma** vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 24 - As** deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial. **Parágrafo Único - A** cada ação corresponde um voto. **Artigo 25 - Verificando-se o** caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos desejarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando nulo o exercício de direitos quando não for feita a designação. **Artigo 26 - Os** Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 27 - Para** que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Sociedade com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Capítulo VII - Lucros - Artigo 28 - Do** resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para os tributos incidentes sobre o lucro. Dos lucros remanescentes, atendida a ordem legal, será atribuída à participação dos Diretores, respeitados os limites estabelecidos no artigo 152 da Lei nº 6.404/76 e o disposto no artigo 9º deste Estatuto. **Parágrafo Único - Os** Diretores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 29 - O** lucro líquido do exercício, após as deduções de que tratam os artigos anteriores e o devido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, terá a seguinte destinação: a) constituição da reserva legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; b) pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. São imputados ao dividendo mínimo obrigatório os pagamentos de juros sobre o capital próprio efetuados de acordo com a Lei nº 9.249/95; c) o saldo remanescente, ressalvado o disposto na alínea "d" deste Artigo, será destinado à Reserva Estatutária de Lucros com a finalidade de compensação de eventuais prejuízos, aumento do Capital Social ou distribuição aos Acionistas. O saldo acumulado dessa Reserva, quando somado aos saldos das demais reservas de lucros existentes, não poderá ultrapassar o capital social da Sociedade, e, oportunidade em que a Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do excedente para aumento do capital social ou para distribuição aos acionistas; d) caso a administração da Sociedade considere o montante da Reserva Estatutária de Lucros suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à Assembleia Geral: (i) que, em determinado exercício, o saldo remanescente, após a constituição da reserva legal e pagamento do dividendo mínimo obrigatório, seja distribuído, integral ou parcialmente, aos acionistas da Sociedade; e (ii) que

continua ->

☆ continuação

os valores integrantes da aludida Reserva sejam revertidos, total ou parcialmente, para aumento do Capital Social ou a distribuição aos Acionistas da Sociedade. **Capítulo VIII - Disposições Gerais - Artigo 30** - O exercício financeiro da Sociedade compreende o período de 1º (primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro, devendo a Diretoria levantar balanços semestrais em 30 (trinta) de junho de cada ano, observando-se com relação aos balanços semestrais os mesmos critérios em vigor para o balanço de encerramento do exercício. **Parágrafo 1º** - A Diretoria poderá levantar balanços intermediários, bem como declarar, *ad referendum* da Assembleia, dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços ou de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. **Parágrafo 2º** - Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, de livre escolha da Diretoria, desde que devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

CNPJ/MF: 10.215.988/0001-60 / NIRE: 3530039569

(Companhia Aberta de Capital Autorizado)
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores acionistas de COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS ("Companhia") convocados a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 02 de janeiro de 2018, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, Limão, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Apreciação dos termos e condições do Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação ("Protocolo"), que estabelece os termos e condições da incorporação, pela Companhia, da controlada Auto Rici S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.282.862/0001-54, localizada na cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Avenida, das Indústrias, Jardim América, CEP: 87045-360 ("Rici") ou "Incorporadora"; 2. Ratificar a nomeação da empresa de avaliação especializada, Apis Consultoria Empresarial Ltda., empresa de consultoria independente, com endereço à Rua da Assembleia, 35, 12º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.681.365/0001-30 ("Apis"), para a elaboração dos laudos de avaliação contábil do patrimônio líquido da Incorporadora, para fins da Incorporação ("Laudo de Avaliação"); 3. Deliberar sobre o Laudo de Avaliação; 4. Deliberar sobre a Incorporação e a sua implementação, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); 5. Deliberar sobre as seguintes alterações ao Estatuto Social da Companhia: (a) alteração da redação do artigo 16º do Estatuto Social, de forma a alterar os procedimentos para convocação e realização das reuniões do Conselho de Administração da Companhia; (b) alteração da redação do artigo 21, 22, parágrafo 2º, 25 parágrafos 3º e 4º e 26 parágrafos 1º, 3º e 4º para alterar a estrutura organizacional da Diretoria da Companhia, bem como adequar as atribuições dos diretores à nova estrutura da Diretoria; (c) alteração da redação dos seguintes dispositivos: artigo 1º, parágrafo 1º; artigo 11; artigo 12, parágrafo 1º e inclusão dos parágrafos 3º, 4º, 5º, 6º; artigo 14, parágrafos 1º, 2º e 7º; artigo 31; artigo 32, parágrafo 2º; artigo 41, parágrafo 1º; artigo 42; artigo 43 e parágrafo 1º; artigo 44; artigo 49 e parágrafo único; artigo 56 e artigo 63 do Estatuto Social para sua adequação à nova redação do regulamento do segmento Especial de negociação "Novo Mercado" da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e (d) tendo em vista as deliberações constantes dos subitem anteriores, promover a consolidação do Estatuto Social da Companhia; 6. Eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia em complementação ao mandato atualmente em vigor, por ocasião de vacância de cargo, nos termos do parágrafo segundo do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia. Os Senhores acionistas, para tomar parte na Assembleia Geral Ordinária ora convocada, deverão apresentar em até 29 de dezembro de 2017: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fundel de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, datado de até 29 de dezembro de 2017; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da Lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador. Os instrumentos de mandato deverão (i) ter sido outorgados em conformidade com as disposições do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) apresentar firmas reconhecidas; e (iii) ser acompanhados dos documentos que comprovem poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado. Solicitamos aos Senhores acionistas que depositem ou enviem por correspondência os referidos documentos para a sede social da Companhia (no endereço indicado acima) ou para a sua Administração Central, situada na Avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, 13º andar, Luxemburgo, CEP: 30.380-457, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, aos cuidados do Departamento Jurídico da Companhia, no prazo de até 29 de dezembro de 2017. Outrossim, a Companhia receberá cópia dos documentos acima referidos a ser encaminhada via fac-símile (+55 31 3319-1573) ou correio eletrônico (juridico@camerica.com.br / @camerica.com.br). Os Senhores acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à Assembleia Geral munidos de documentos que comprovem a sua identidade e/ou os seus poderes, conforme o caso. Considerando que as matérias constantes da ordem do dia a serem analisadas ou discutidas na Assembleia Geral não se encontram dentre aquelas indicadas no item "II" do parágrafo 1º do artigo 21-A da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), a Companhia esclarece que não oferecerá, para a AGE ora convocada, mecanismo para votação à distância. Todos os documentos pertencentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na Assembleia Geral, incluindo este Edital de Convocação, as propostas da Administração da Companhia, bem como aqueles exigidos nos termos da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Instrução CVM 481, encontram-se disponíveis aos Senhores acionistas, a partir desta data: (i) na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br); (ii) na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); (iii) na sede social da Companhia; (iv) no endereço da Administração da Companhia acima mencionado; e (v) na página da Companhia na rede mundial de computadores (www.lucasmendes.com.br). São Paulo, 15 de dezembro de 2017. SÉRGIO AUGUSTO GUERRA DE REZENDE - Presidente do Conselho de Administração

Euler Hermes Seguros de Crédito S.A.

CNPJ/MF nº 04.573.817/0001-32 - NIRE 35.300.186.206

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 02/05/2017, às 14h, na sede da Euler Hermes Seguros de Crédito S.A., na Av. Paulista, 2.421, 3º andar, Jd. Paulista, 01311-300, São Paulo-SP ("Companhia"). **Convocação e Presenças:** Dispensada a publicação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social; presentes a Diretoria. **Mesa:** Rodrigo Rincon Jimenez - Presidente; Maria Luiza Ferreira Mendes-Secretária. **Ordem do Dia e Deliberações:** o acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, decidiu: (i) alterar a denominação da Companhia de EULER HERMES SEGUROS DE CRÉDITO S.A. para EULER HERMES SEGUROS S.A. e alterar o artigo 1º do Estatuto Social, tendo em vista a alteração acima, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 1º - EULER HERMES SEGUROS S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, a qual deve ser governada e regida pelo disposto neste Estatuto Social ("Estatuto Social") e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei da S.A."), e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis"; (ii) aprovar a reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, anexa à presente ata (Anexo I). **Documentos arquivados:** na sede da Companhia, autenticados pela Mesa, submetidos à apreciação da Assembleia Geral. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, conforme previsto no § 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76, que lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Registro JUCESP nº 508.993/17-9 em 10/11/2017; por Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

CPFL EFICIÊNCIA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CNPJ/MF nº 18.710.670/0001-67 - NIRE 35.300.455.908

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28/07/2017

I - Data, Hora e Local: Aos 28/07/2017, às 09h15min na sede social da CPFL Eficiência Energética S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Antônio Frederico Ozanan, nº 1240, Térreo, sala 01, Vila Santana II, CEP 13219-001, na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, no "Convenção": Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76, em vista da presença da acionista CPFL Energia S.A., representando a totalidade do capital social. **III - Presença:** Compareceu à Assembleia Geral, a acionista CPFL Energia S.A., representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no "Livro de Presença de Acionistas". **IV - Composição da Mesa:** Presidente - Sr. Gustavo Estrella e Secretária - Sra. Roberta Luiza Ferreira. **V - Ordem do Dia:** (i) alteração da sede da Companhia para a filial localizada no endereço do Dia, cuja abertura foi deliberada na ata de Reunião da Diretoria Executiva, realizada em 03/04/2017; (ii) alteração do objeto social da Companhia; (iii) alteração da atividade exercida pela filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.710.670/0004-00, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.905.337.629. **VI - Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavatura da Ata:** (i) Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que são do inteiro conhecimento da acionista; (ii) Autorizada a lavatura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão da assinatura da acionista, nos termos do Artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei 6.404/76, respectivamente. **VII - Deliberações:** Após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista aprovou, por unanimidade de votos e sem restrições: (i) a alteração do endereço da sede da Companhia de Avenida Antônio Frederico Ozanan, nº 1240, Térreo, sala 01 - Vila Santana II, CEP: 13219-001, no município de Jundiaí, Estado de São Paulo, para Rodovia Miguel Noel Nascimentos Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, CEP 13088-140, no Município de Campinas, Estado de São Paulo, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Miguel Noel Nascimentos Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, CEP 13088-140, e poderá arcar e extinguir filiais em quaisquer pontos do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria Executiva"; (ii) nos termos do artigo 121, da Lei 6.404/76, tendo em vista que, por equívoco, na redação da ata de Reunião da Diretoria Executiva da Companhia, realizada em 03/04/2017, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 0.724.1149/17-0, em sessão de 27/07/2017, sob o NIRE 35.905.337.629 no registro de abertura da filial de CNPJ nº 18.710.670/0004-00, constou de forma incorreta o número "S/N" do logradouro, sendo o correto o número "351", **retificar a redação** da referida ata, para que dela passe a constar o endereço correto da mencionada filial, passando, assim, a deliberação a vigorar com a seguinte redação: "aprovaram a abertura do estabelecimento de filial da Companhia no endereço: Rua Joaquim Francisco Castelar, nº 351, lote 31, quadra G1, quarteirão 6388 - Fazenda Santa Candida, CEP: 13087-550, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo (...)" (Resolução de Diretoria 2017004-ES); (iii) a alteração do objeto social da Companhia, para incluir também a atividade de "fabricação, comercialização, industrialização por conta própria ou por encomenda de terceiros, reforma e manutenção de equipamentos em geral", com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º - A Companhia tem por objeto (i) a prestação de serviços, próprios ou terceirizados, de engenharia, elaboração de projetos; implantação; operação e manutenção de infraestrutura para instalações comerciais e industriais; consultoria em geral no mercado de energia; gestão energética especializada em eficiência energética e qualidade de energia; (ii) locação e comercialização de bens necessários à implementação e modernização de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização; (iii) a produção e operação em mercados de comercialização de energia elétrica, de utilidades (água, vapor, gás, ar comprimido etc.), organizados ou não; (iv) o estudo, desenvolvimento, realização e exploração de projetos de pesquisa e desenvolvimento e de programas relacionados à energia em suas diferentes formas, diretamente ou em parceria com entidades públicas ou privadas; (v) a participação no capital social de outras sociedades, em consórcios ou em outras formas de associação; e (vi) a fabricação, comercialização, industrialização por conta própria ou por encomenda de terceiros, reforma e manutenção de equipamentos em geral"; (iv) que a atividade (vii), citada no Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, qual seja, "fabricação, comercialização, industrialização por conta própria ou por encomenda de terceiros, reforma e manutenção de equipamentos em geral", será exercida exclusivamente pela filial localizada no endereço Rua Joaquim Francisco Castelar, nº 351, lote 31, quadra G1, quarteirão 6388 - Fazenda Santa Candida, CEP: 13087-550, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 18.710.670/0004-00, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.905.337.629, permanecendo inalteradas as atividades desenvolvidas pela matriz e demais filiais da Companhia. Em decorrência da inclusão da nova atividade na filial acima descrita, a acionista decide consignar que a respectiva filial passará a desenvolver exclusivamente: (a) a fabricação, comercialização, industrialização por conta própria ou por encomenda de terceiros, reforma e manutenção de equipamentos em geral; e (b) a prestação de serviços, próprios ou terceirizados, de implantação, operação e manutenção de infraestrutura para instalações comerciais e industriais. **VIII - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavatura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. Jundiaí, 28/07/2017. Gustavo Estrella (Presidente da Mesa), Roberta Luiza Ferreira (Secretária), CPFL Energia S.A. (por seus representantes legais Gustavo Estrella e Wagner Luiz Schneider de Freitas). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em Livro Próprio de nº 01, às folhas 44 a 46. Gustavo Estrella - Presidente da Mesa. Registro JUCESP nº 538.115/17-8 em 04/12/2017. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Estima Securitizadora S.A.

CNPJ/MF 26.618.266/0001-96 - NIRE 35.304.981-35

Ata da 3ª Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 13/11/2017, às 14h, na sede social da Companhia. **Convocação:** dispensada, § 4º, Artigo 124, Lei 6.404/1976. **Presença:** reuniram-se todos os acionistas da Estima Securitizadora S.A., Lucas Heitor de Mendonça, Joazeir Heitor de Mendonça. **Deliberações:** I - O Sr. Presidente pôs em votação a análise da proposta de alteração para a seguinte emissão de debêntures privadas com valor de 10,00 debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000,00, ao valor unitário de R\$ 1.000,00 cada uma, sendo aprovada pelos acionistas por unanimidade a referida emissão, conforme Escritura da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, anexo a Ata da AGE. Esta ata é Extrato da Ata da 3ª AGE, servindo para fins legais de publicidade dos atos societários deliberados. Na qualidade de Presidente e Secretária da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio. Araçatuba/SP, 13/11/2017. (a.s.) Lucas Heitor de Mendonça - Presidente e Acionista, Joazeir Heitor de Mendonça - Secretária e Acionista. Registro JUCESP nº 538.289/17-0 em 04/12/2017. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

6. Documentos arquivados na Sociedade: procurações e declarações de desimpedimento. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 08 de agosto de 2017, (assinaturas). **Presidente:** Sra. Aline Salem da Silveira Bueno Volpe; **Secretário:** Sr. Tiago Villarrino da Costa; **Acionistas:** Porto Seguro S.A. - por seu Diretor, Sr. Lene Araújo de Lima e por sua bastante procuradora, Sra. Aline Salem da Silveira Bueno Volpe; Pares Empreendimentos e Participações S.A. - por sua bastante procurador, Sr. Tiago Villarrino da Costa; **Diretor Presente:** Sr. Lene Araújo de Lima - Diretor Geral - Suporte e Governança. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Aline Salem da Silveira Bueno Volpe - **Presidente.** JUCESP nº 547.616/17-0 em 07/12/2017. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

NORPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF nº 09.020.175/0001-35 - NIRE 35221629539

ATA DA REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS

REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Às 16:00 horas do dia 23 de outubro de 2017, na sede da sociedade localizada à Avenida Ermano Marchetti, nº 928, sala 04, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se: **Fábio Borger**, brasileiro, casado, engenheiro têxtil, portador da cédula de identidade RG nº 12.747.642-9-SSP/SP inscrito no CPF/MF sob o nº 173.352.238-73, domiciliado à Rua Prescaval Vita, nº 818, Município de São Paulo, Estado de São Paulo; **Zeev Chalón Horovitz**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 5.757.327-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 184.894.358-04, residente e domiciliado à Rua Peixoto Gomide, nº 1.323 - apto. 181, Município de São Paulo, Estado de São Paulo; **Inter-malha Participações Ltda.**, com sede na Rua Cubatão, nº 408 - 3º andar, sala 8, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.115.369/0001-52, NIRE 35.200.543.341, neste ato devidamente representada por seu Diretor-Presidente, **Zeev Chalón Horovitz**, acima qualificado; **Ramot S.A.**, sociedade anônima com sede social à Avenida Ermano Marchetti, nº 928, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.253.642/0001-39, com seu estatuto social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35300137981, em sessão de 29/12/93, neste ato devidamente representada por seu Diretor-Presidente, **Zeev Chalón Horovitz**, acima qualificado; e **Ariel Horovitz**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 23.434.079-4-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 266.958.068-88, residente e domiciliado na Rua Peixoto Gomide, nº 1.323, 18º andar, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sócios quotistas detentores da totalidade do capital social da **Norpar Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada com sede na Av. Ermano Marchetti, nº 928, sala 04, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.020.175/0001-35, com seu contrato social e última alteração contratual arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35221629539 e o 0.402.491/11-7, respectivamente nas sessões de 07/08/2007 e 10/03/2011, a fim de tomar a seguinte deliberação, por unanimidade de votos: Tendo em vista o capital ser excessivo em relação ao objeto social, os sócios decidiram reduzi-lo em R\$ 6.608.696,00 (seis milhões, seiscentos e treze mil, quatrocentos e quarenta e seis reais) com o consequente cancelamento de 6.608.696 (seis milhões, seiscentos e oito mil, seiscentos e noventa e seis) quotas, de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 3.304.348 (três milhões, trezentas e quatro mil, trezentas e quarenta e oito) quotas da classe "A" e 3.304.348 (três milhões, trezentas e quatro mil, trezentas e quarenta e oito) quotas da classe "B". Assim, o capital social passa dos atuais R\$ 9.226.892,00 (nove milhões, duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e noventa e dois reais), dividido em 9.226.892 (nove milhões, duzentas e vinte e seis mil, oitocentos e noventa e duas) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 4.613.446 (quatro milhões, seiscentas e treze mil, quatrocentos e quarenta e seis) quotas da classe "A" e 4.613.446 (quatro milhões, seiscentas e treze mil, quatrocentos e quarenta e seis) quotas da classe "B" para R\$ 2.618.196,00 (dois milhões, seiscentos e dezoto mil, cento e noventa e seis reais), dividido em 2.618.196 (dois milhões, seiscentas e dezoto mil, cento e noventa e seis) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 1.309.098 (um milhão, trezentas e nove mil, noventa e oito) quotas da classe "A" e 1.309.098 (um milhão, trezentas e nove mil, noventa e oito) quotas da classe "B". Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavatura da presente ata, a qual, lida e conferida por todos os presentes, foi aprovada de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com 02 (duas) testemunhas. São Paulo, 23 de outubro de 2017. Fábio Borger; Zeev Chalón Horovitz; p/ Inter-malha Participações Ltda. Zeev Chalón Horovitz; p/ Ramot S.A. - Zeev Chalón Horovitz; Ariel Horovitz. **Testemunhas:** Nome: Abrao Mendonça - RG: 7.792.764; Levi Campos de Santana - RG: 13.247.945-x.



Energest S.A.

CNPJ/MF nº 04.029.601/0001-88 - NIRE 35.300.180.526

("Companhia")

Ata da Reunião do Conselho de Administração

realizada em 02/10/2017

1. Data, Hora e Local: Realizada às 10h, do dia 02/10/2017, na sede social da Energest S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo/SP, na Rua Gomes de Carvalho, 1396, 10º andar, Sala 01, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-006. **2. Convocação e Presença:** Presidente do Conselho de Administração, Sr. Miguel Nunes Ferreira Setas, o Vice-Presidente do Conselho de Administração Sr. Luiz Otávio Assis Henriques, e os Conselheiros de Administração Sr. Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire, e Sra. Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro, todos por teleconferência. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Miguel Nunes Simões Nunes Ferreira Setas que escolheu o Sr. Fábio William Loreti para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** O Sr. Presidente esboçou que a presente reunião tinha como ordem do dia deliberar sobre: (i) renúncia de Diretoria e (ii) eleição de membro de Diretoria para o mandato em curso. **5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem quaisquer restrições: 5.1 Tomaram conhecimento e aceitaram as cartas de renúncias apresentadas pelos Srs. **Dyogenes Rosi**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, RG nº 1.123.608 SSP/ES, CPF/MF nº 024.590.637-17, ao cargo de Diretor da Companhia, e **Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu**, português, casado, engenheiro, RG nº 56.560.074-3-SSP/SP e CPF/MF nº 231.356.918-70, ao cargo de Diretor de Sustentabilidade da Companhia. Na sequência, manifestaram um voto de agradecimento aos Srs. Dyogenes Rosi e Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu pelos serviços prestados no exercício das suas funções. **5.2** Dando seguimento, elegeram para o mandato em curso o Sr. **Vitor Hugo Alexandrino da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG nº 34.138.256-5 e CPF nº 288.887.818-62, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP com endereço na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 7º andar - Vila Olímpia, CEP 04547-006, para o cargo de **Diretor** da Companhia. **5.2.1** O Diretor ora eleito, por declaração própria e conforme termo de posse anexo, tomou ciência de sua eleição e a aceitou, declarando não estar incurso em nenhum crime que o impeça de exercer as funções de carteris. **5.3** Em decorrência da deliberação ora aprovada, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição, todos com mandato unificado, ou seja, com término em 31/12/2019, permanecendo um cargo vago: **Diretor Presidente:** Luiz Otávio Assis Henriques; **Diretor de Sustentabilidade:** Vago; **Diretor:** André Luiz de Castro Pereira; **Diretor:** José Cherem Pinto; **Diretora:** Stella Maria Moreira Fua; **Diretor:** Vitor Hugo Alexandrino da Silva; **Diretor:** Vago. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. **Presidente da Mesa:** Sr. Miguel Nunes Simões Nunes Ferreira Setas. **Secretário da Mesa:** Sr. Fábio William Loreti. **Conselheiros:** Srs. Miguel Nunes Simões Nunes Ferreira Setas, Luiz Otávio Assis Henriques, Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire e Sra. Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro. Declaramos que a presente é cópia fiel extraída do original. Registrada na JUCESP, em sessão de 14.12.2017, sob o número 563.096/17-2. **Secretária Geral:** Flávia Regina Brito Gonçalves.

A empresa PROSPERITY BMP INFORMATICA LTDA, CNPJ 04.994.607/0001-95, comunica o encerramento definitivo de suas atividades em 20/07/2016.